

FONTE : OESP

CLASS. : 240

DATA : 18 08 87

PG. : 5

A cobiça estrangeira

SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA

Em boa hora, o jornal O Estado de S. Paulo, sentinela avançada dos interesses maiores do povo brasileiro, vem denunciar à Nação a conspiração contra o Brasil, dirigida pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, com o objetivo de paralisar o nosso desenvolvimento na Amazônia, e até sua internacionalização.

Desde muito tempo já estão trabalhando muitos brasileiros como quinta coluna para este fim, muitos conscientes, outros ludibriados por campanhas sobre índios e ecologia, levadas ao extremo e que acabam por prejudicar a economia do país e a sua própria autodeterminação.

A Amazônia é focalizada como se fosse país estranho ao Brasil e sem o reconhecimento de que é um verdadeiro continente, com seus 5 milhões de km², e que possui terras baixas, altas, precipitações pluviométricas diferentes, além de solos ubérrimos para a agricultura, bem como terras sáfaras e impróprias para qualquer cultivo.

Generaliza-se, propositalmente, que a terra não serve para pecuária, tampouco para plantações, e deve ser conservada inexplorada.

Queiram ou não os detratores e derrotistas, a Amazônia tem qualidades e possibilidades de ser o celeiro do mundo, como Ruy Barbosa e Humboldt previram e disseram que só o Estado do Pará já seria.

Os gaúchos já provaram à saciedade que soja, milho, arroz, sorgo, girassol e até trigo podem ser produzidos em grande escala e já se encontram com suas patrulhas mecanizadas na Barra do Garça, no Maranhão, em Roraima, enfim, por todos os lugares onde possam chegar com seus tratores e implementos agrícolas.

Os cafeicultores e cacacultores já colhem bastante café e cacau em Rondônia, no Pará e todos sabem escolher a boa terra que existe em abundância na Amazônia.

A pecuária de corte lá implantada, se continuar livre para progredir somente em 10% da Amazônia, poderá economicamente dominar a exportação de carne bovina no 3º milênio e fazer o Brasil dobrar o seu rebanho atual.

A produção de celulose, de madeira e a mineração junto com a agricultura e a pecuária, nessa imensa região que o Brasil, felizmente, possui, poderão nos fazer um povo rico, poderoso, impulsionando nossa indústria e o comércio, nos elevando à categoria dos países ricos, e ainda possuidores de imensa área de selvas preservadas, por não oferecerem resultados no cultivo.

Será que isso convém à Trilateral e ao Bloco Socialista, interessados em colocar os excessos populacionais da Ásia, que detém 75% da população mundial e não tem mais terras nem espaço vital, e estão usando o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, para preservar essa área?

A legislação indígena no Brasil elaborada nos governos militares abriu muito as portei ras para o perigo externo, denunciado pelo Estado, e deve ter sido o preço para amenizar as restrições externas ao regime autoritário de então. Conseguiram a figura do "índio perambulador" com módulo de 23 mil hectares para cada um, e com isso anarquizaram muitas empresas agrícolas no Mato Grosso, no Pará e em outros estados.

A estranha passividade do ministro do Interior, Mário Andreazza, no governo Figueiredo, que há bit estimulado entusiasticamente os pioneiros da Transamazônica, como ministro dos Transportes do governo Médici, concordou em expulsar a Cooperativa Cotrijui, de um projeto que seria o maior do mundo, já delimitado com o Incra, em Altamira, com um se projeto de 800 mil hectares, em que muitos experientes iriam produzir soja e cereais, além de assumir a direção da Usina Abraão Lincoln, símbolo vergonhoso do estatismo nacional. Aceitou o veto da Funai, reservando a área para 48 índios perambuladores, conhecidos na região e que já viviam em companhia de seus conterrâneos brasileiros naquela área.

Tentaram pela lei vigente expulsar os antropólogos da Funai e os salesianos das divisas do Brasil com a Colômbia, porque educavam há décadas os índios, e pretendiam, até, obrigar a FAB a abandonar suas bases nas nossas fronteiras.

Rodearam todas as estradas do sertão brasileiro com padres e outros estrangeiros, com o fito de convulsionar o campo e assim segurar a Amazônia intacta e sem desenvolvimento, para estranhos destinos que, agora, O Estado de S. Paulo descobre.

Enfiaram goela abaixo do governo Figueiredo a exigência de uma mensagem florestal da Amazônia, que no seu Artigo 5º proíbe a agricultura nas terras com cobertura florestal. Essa mensagem andou passeando no Congresso, e esperamos que não venha a ser aprovada.

Quando eu reclamava, junto a Andreazza, sobre esse absurdo, ele respondia que não podia brigar com a ONU nem com os padres.

No regime autoritário, o avanço internacional na Amazônia abriu caminho. Vamos ver se no regime civil e com liberdade de imprensa conseguiremos fechá-lo.

As futuras gerações precisam de todo o território brasileiro, tão bem defendido no passado pelo nosso povo, e no futuro saberemos dar valor ao alerta oportuno, patriótico e realista do jornal O Estado de S. Paulo. Sérgio Cardoso de Almeida é ex-deputado.